

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DA FIOCRUZ

PROCESSO Nº 25389.000405/2020-13

1 - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em administração e gerenciamento de frota, para implementação e operação de um sistema de abastecimento de combustível (etanol, gasolina comum, diesel, diesel S10 e aditivo Arla 32) dos veículos automotores da frota da Fundação Oswaldo Cruz / RJ, através de cartões eletrônicos, em rede de postos de abastecimento de combustível em todo o território nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

G R U P O 1	ITENS		Quantidade Anual estimada de litros
	01	Administração e gerenciamento de frota, para implementação e operação de um sistema de abastecimento de combustível (ETANOL) dos veículos automotores da frota da Fiocruz/RJ, através de cartões eletrônicos, em rede de postos de abastecimento de combustível em todo o território nacional.	53.903
	02	Administração e gerenciamento de frota, para implementação e operação de um sistema de abastecimento de combustível (ADITIVO ARLA 32) dos veículos automotores da frota da Fiocruz/RJ, através de cartões eletrônicos, em rede de postos de abastecimento de combustível em todo o território nacional.	480
	03	Administração e gerenciamento de frota, para implementação e operação de um sistema de abastecimento de combustível (DIESEL S10) dos veículos automotores da frota da Fiocruz/RJ, através de cartões eletrônicos, em rede de postos de abastecimento de combustível em todo o território nacional.	17.500
	04	Administração e gerenciamento de frota, para implementação e operação de um sistema de abastecimento de combustível (DIESEL) dos veículos automotores da frota da Fiocruz/RJ, através de cartões eletrônicos, em rede de postos de abastecimento de combustível em todo o território nacional.	37.184
	05	Administração e gerenciamento de frota, para implementação e operação de um sistema de abastecimento de combustível (GASOLINA COMUM) dos veículos automotores da frota da Fiocruz/RJ, através de cartões eletrônicos, em rede de postos de abastecimento de combustível em todo o território nacional.	4.500

1.1.1. Estimativa de consumo da frota de veículos oficiais da Fiocruz/RJ por tipo de combustível:

Tipo de Combustível	Quantidade de Veículo na Frota	Tipo de Veículo	Quantidade Anual Estimada de Litros	Preço Estimado do Litro	Alíquota de Desconto (Mínimo Aceitável)	Fonte da Estimativa de Preço dos Combustíveis	Valor Anual Estimado
Etanol	20	SEDAN	53.903	R\$ 6,799	4,13%	ANPRJ - Julho 2021	R\$ 351.447,56
Aditivo Arla 32 para utilização com o Diesel S10		Pick up / Ônibus / Caminhões	480	R\$ 3,310	4,13%	Banco de Preços (www.bancodeprecos.com.br)	R\$ 1.526,40
Diesel S10	4	Pick up / Ônibus / Caminhões	17.500	R\$ 5,999	4,13%	ANPRJ - Julho 2021	R\$ 100.625,00
Diesel	37	Pick up / Ônibus / Caminhões	37.184	R\$ 5,459	4,13%	ANPRJ - Julho 2021	R\$ 194.472,32
Gasolina	3	SEDAN	4.500	R\$ 6,960	4,13%	ANPRJ - Julho 2021	R\$ 30.015,00
Valor total anual estimado para combustíveis nos veículos oficiais:							R\$ 678.086,28

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520 de 2002, c/c art. 4º do Decreto nº 5.450/2005. Vide item 2.7 do Anexo V da IN nº 05/2017.

1.3. Os itens e seus quantitativos são os discriminados nas tabelas acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. A presente contratação requer o agrupamento de seus itens em um único grupo (lote), tendo em vista o objeto da contratação demandar um monitoramento por meio de um sistema de gerenciamento, o qual deverá controlar os abastecimentos de todos os veículos da frota oficial da Instituição, através dos cartões eletrônicos, gerando relatórios gerenciais integrados demonstrando ser tecnicamente viável. Além disso, se torna economicamente viável por se tratar de uma única contratada no gerenciamento de uma frota composta por 64 veículos, dando a administração maior clareza nas informações de gestão e controle no desempenho-consumo (km/l) das viaturas oficiais e a possibilidade de optar por posto com melhor preço dentro da rede credenciada.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, conforme item 3, subitem 3.1, alínea “a” do Anexo 4 deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço por empresa especializada em administração e gerenciamento de frota, para implementação e operação de um sistema de abastecimento de combustível (etanol, gasolina comum, diesel, diesel S10 e aditivo Arla 32) dos veículos automotores da frota da Fundação Oswaldo Cruz/RJ, através de cartões eletrônicos, em rede de postos de abastecimento de combustível em todo o território nacional sendo a solução mais viável em função da economicidade, controle e eficiência no atendimento as necessidades da administração.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Qualificação Técnico-Operacional das licitantes:

5.1.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica em seu nome, comprovando o desempenho de atividade de gerenciamento do abastecimento de combustível de veículos automotivos, com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de veículos envolvidos nesta contratação, que corresponde a 32 veículos, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

5.1.1.2. Para análise do(s) atestado(s), será levada em conta a compatibilidade das informações prestadas com os descritos neste instrumento, devendo para tanto saber que para esta prestação de serviço teremos um quantitativo total de 64 veículos automotivos.

5.1.1.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

5.1.1.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

5.1.1.5. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

5.1.1.6. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, será aceito diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, a fim de equivaler a uma única contratação.

5.1.1.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

5.1.1.8. Para a comprovação do quantitativo mínimo de veículos, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de gerenciamento de abastecimento de combustível, compatíveis com o objeto do certame por período não inferior a 3 (três) anos.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas nos itens 11 e 12 deste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, mediante agendamento, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 15:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 2209-2139 / 2209-2140, podendo sua realização ser comprovada por:

a) Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

OU

b) Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam averbas técnicas ou financeiras com a Fiocruz, na forma do modelo apresentado no Edital.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto se dará das seguintes maneiras:

7.1.1. O Sistema Tecnológico “on line” a ser disponibilizado pela contratada, deverá constituir-se em um sistema de gestão integrado a um sistema de pagamento do abastecimento de combustíveis, sendo que para tal os veículos terão seu próprio cartão eletrônico individual.

7.1.2. O fornecimento do cartão eletrônico para cada veículo do contrato deverá ser fornecido pela contratada sem ônus para a contratante, bem como o cartão não vinculado a veículo citado no item 7.1.2.2 deste Termo de Referência.

7.1.2.1 Em caso de perda ou extravio do cartão eletrônico por parte do condutor, a fiscalização do contrato irá efetuar o bloqueio do mesmo através do sistema informatizado “on line” disponibilizado pela contratada, e em seguida solicitará a contratada a emissão de um novo cartão sem ônus para a Contratante.

7.1.2.2 A contratada deverá disponibilizar a Fiocruz 01 (um) cartão reserva não vinculado a nenhum veículo, o qual ficará em poder do gestor do contrato para o abastecimento de veículos oficiais que porventura tiverem com seus cartões bloqueados por extravio, perda ou roubo.

7.1.3. Cada condutor deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela CONTRATADA, sendo de responsabilidade da mesma a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato do abastecimento, e coiba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas.

7.1.4. Sistemática do Abastecimento:

7.1.4.1 A Fiocruz fornecerá à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos oficiais da Instituição, condutores e centro de custo das unidades da Fiocruz do RJ, contendo os seguintes dados:

- Placa
- Marca
- Tipo de Veículo
- Chassi
- Combustível
- Ano de fabricação
- Lotação (Unidade da Fiocruz RJ e Código do Centro de Custo da Unidade)
- Capacidade do tanque
- Hodômetro
- Nome do condutor, registro funcional e Unidade da Fiocruz RJ a qual ele pertence

7.1.4.2 O sistema disponibilizado pela contratada deverá permitir o bloqueio / desbloqueio / troca de senha em tempo real para gerenciamento, acompanhamento e ações proativas por parte da CONTRATANTE.

7.1.4.3. A Fiocruz estabelecerá para cada veículo automotivo oficial da sua frota um limite de crédito, o qual ficará disponível no cartão de abastecimento. O limite de crédito não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização da Fiscalização Técnica do Contrato.

7.1.4.4. Os abastecimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

7.1.4.5. A rede de postos credenciada deverá estar equipada para aceitar transações e processos de contingência para finalização da transação.

7.1.4.6. O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

- Identificação do posto (nome e endereço)
- Identificação do veículo (número da placa)
- Hodômetro do veículo no momento do abastecimento
- Tipo de Combustível
- A data e a hora da Transação
- Quantidade de litros abastecido
- Valor da operação

7.1.4.7. O sistema informatizado “on line” e os cartões de abastecimento deverão compreender:

- a) registro informatizado dos dados de abastecimento e disponíveis para consulta em tempo real “on line”, propiciando informações da data e hora do abastecimento;
- b) emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores e consumo específico por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados;
- c) parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos oficiais;
- d) o cancelamento imediato do cartão em casos de perda ou extravio;
- e) identificação do condutor no momento do abastecimento através da senha pessoal;
- f) solução para pagamento dos abastecimentos realizados em postos credenciados com o sistema inoperante (fora do ar).

7.1.5. Relatórios:

7.1.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso ao Sistema de Gestão de Abastecimento em níveis de acessos compatíveis ao modelo definido pela Fiocruz.

a) a Fiocruz estabelecerá o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Sistema de Gestão de Abastecimento a cada unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.

7.1.5.2. Os relatórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

- a) relação dos veículos, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação, base da unidade administrativa e centro de custo;
- b) histórico das operações realizadas pela frota contendo:

- Data
- Hora
- Identificação do estabelecimento
- Identificação do condutor
- Identificação do veículo (placa)
- Hodômetro do veículo no momento do abastecimento
- Combustível adquirido
- Quantidade em litros adquiridos
- Valor total da operação em R\$ (reais)

c) quilometragem percorrida por veículo;

d) histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pela Fiocruz;

e) histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;

f) preço médio pago por tipo de combustível consumidos pela frota;

g) volume de gastos realizados por tipo de combustível;

h) indicação dos veículos que apresentarem distorções em termos de quilometragem e consumo de combustíveis;

i) despesas realizadas por base operacional e Unidade.

7.1.6. Implantação:

7.1.6.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar o sistema em todas as bases operacionais indicadas pela fiscalização técnica do contrato, Anexo 2 deste instrumento, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato.

7.1.6.2. O processo de implantação do Sistema pela CONTRATADA compreende as seguintes atividades:

- Cadastramento dos veículos;
- Cadastramento dos condutores;
- Cadastramento de senha dos cartões de abastecimento;
- Definição da logística da rede de postos credenciados;
- Fornecimento à Fiocruz dos dados cadastrais da rede de postos credenciados;
- Treinamento dos condutores, gestor e fiscais do contrato;
- Fornecimento dos cartões de abastecimento para os veículos.

7.1.7. A CONTRATADA deverá possuir credenciamento de postos de abastecimento nos estados listados no Anexo 1 deste instrumento, bem como em seus municípios.

7.1.8. A execução dos serviços será iniciada a partir das conformidades descritas no subitem 7.1.6.1 deste instrumento.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. A gestão/fiscalização desta prestação de serviço contará com um fiscal técnico designado pela Coordenadoria-Geral de Infraestrutura dos Campi – COGIC e fiscais setoriais das unidades da Fiocruz/RJ, que possuem frota oficial própria, indicados por seus diretores, que irão acompanhar todas as operações da frota de suas unidades.

8.2. A comunicação entre a fiscalização do contrato e a contratada será através do representante (preposto) designado pela contratada, o qual deverá atender todas as demandas administrativas e operacionais da prestação do serviço.

8.3. A quantidade de veículos oficiais que serão contemplados nesta prestação de serviço está relacionada na tabela do item 1.1.1 deste Termo de Referência.

8.4. A aferição / medição do serviço será mediante avaliação por Instrumento de Medição de Resultado – IMR e será realizada pelo fiscal técnico do contrato, conforme Anexo 3 deste instrumento, o qual irá definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução da prestação dos serviços contratados, estabelecendo as bases para manter e melhorar a qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoramento, relatórios e melhoria dos níveis de serviços indicando às principais irregularidades/impropriedades pertinentes a prestação dos serviços contratados.

8.4.1. A presente prestação de serviço será aceita e a qualidade avaliada mensalmente por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o qual poderá ser aplicado a Contratada as sanções previstas neste instrumento e no contrato pelo não alcance das metas pré-estabelecidas pela Fiocruz.

8.4.2. A presente prestação de serviço será considerada como **APROVADA** quando sua avaliação pelo IMR atingir a meta igual ou superior a 70%.

8.4.3. A avaliação pelo IMR levará em consideração a **qualidade** da execução dos serviços prestados.

8.4.4. Na avaliação realizada pela fiscalização técnica do contrato será atribuída ao formulário de avaliação da qualidade dos serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Ruim” e “Péssimo”, equivalentes, respectivamente, as alíquotas 100%; 70%; 40% e 0% para cada item avaliado, conforme tabela abaixo a qual define as pontuações para o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo
100%	70%	40%	0%

ÓTIMO - Refere-se à conformidade/atendimento total dos critérios.

BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios.

RUIM - Refere-se à desconformidade parcial dos critérios.

PÉSSIMO - Refere-se à desconformidade total dos critérios.

8.4.5. O modelo de formulário utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo 3 deste instrumento, poderá ser atualizado, revisto ou sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

8.4.4. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que será aceita ou não pela FISCALIZAÇÃO do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.4.5. A CONTRATADA deverá manter registros, controles e informações das ocorrências das não conformidades apresentadas no IMR, pelo não atendimento das metas estabelecidas, cientificando a Fiscalização Técnica do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

8.4.6. Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados.

8.4.7. A CONTRATADA, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo em comum acordo com a Fiscalização Técnica do contrato para solucionar as falhas apresentadas na avaliação do serviço.

8.5. O fechamento mensal da fatura de prestação de serviço será feito pela Fiscalização Técnica do contrato, com base nos abastecimentos da frota oficial do mês da apuração, aplicando a este o percentual de desconto obtido no processo licitatório.

8.6. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total dos combustíveis fornecidos (preço à vista da bomba dos postos credenciados) com a aplicação dos percentuais de desconto obtidos no processo licitatório, chegando assim a valor da fatura mensal.

8.7. A unidade de medida para mensuração dos resultados e consequente pagamento da fatura será o consumo em litros de combustível utilizado no abastecimento de cada veículo da frota oficial, após aplicação dos percentuais de desconto.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.2. A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, pelo valor efetivamente consumido, ficando claro que a Fiocruz não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

9.3. O credenciamento de novos postos, conforme a necessidade da Fiocruz, deverá ser efetivado pela CONTRATADA no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da solicitação da fiscalização técnica.

9.4. A CONTRATADA deverá fiscalizar os serviços prestados pela rede de postos credenciados, objetivando garantir um nível satisfatório de qualidade dos mesmos. Deverá também acompanhar a divulgação dos postos atuados e/ou interditados pela Agência Nacional de Petróleo, por problemas de qualidade do combustível fornecido, divulgando imediatamente ao fiscal técnico do contrato o acontecimento. Caso algum dos postos credenciados pela CONTRATADA constar na relação divulgada pela ANP, a mesma deverá providenciar o novo credenciamento para substituir o anterior no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

9.5 O sistema disponibilizado pela Contratada deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

- Identificação do posto (Nome e Endereço)
- Identificação do veículo (placa)
- Hodômetro do veículo no momento do abastecimento
- Tipo de Combustível
- A data e hora da Transação
- Quantidade de litros
- Valor da operação
- A identificação do condutor no momento do abastecimento

9.6. O horário para abastecimento dos veículos oficiais da Fiocruz ocorrerá das 07hs às 22hs horas, podendo eventualmente ultrapassar esse horário devido ao atendimento de algumas demandas específicas.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05/2017.

10.5.1. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.5.1.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.5.1.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.5.1.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.9. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.11. Priorizar os combustíveis renováveis, conforme a Lei 9.660/98 (lei da frota verde), inclusive para os veículos de tecnologia “flex”. Em caráter excepcional poderá ser adquirida gasolina ou outro combustível, para no caso de modelo de veículo não movido à combustível renovável;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem avarias, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade Federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea “c” do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na execução dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.22.2. Direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.23. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

11.24. Possuir postos de abastecimento credenciados, sendo obrigatório nos estados e municípios listados abaixo no Anexo I deste instrumento.

11.25. Os fornecedores de combustíveis indicados pela contratada para o atendimento do objeto desta contratação deverão estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, bem como ter sua licença de funcionamento em validade.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação das conformidades da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato e do ajuste que vir serem necessários, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo 3 deste instrumento, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, podendo haver aplicação de penalidades previstas neste instrumento, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal, quinzenal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.16.1. Consulta diária ao sistema "on line", disponibilizado pela Contratada, bem como emissão de relatórios diários, semanais, quinzenais, mensais e anuais, de acordo com a necessidade da fiscalização técnica e fiscalização setorial, conforme descrito no item 7 deste instrumento.

14.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLT/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os aresmates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até 02 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, a fiscalização técnica deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo 3.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.3.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida no valor total correspondente ao abastecimento de combustível do mês apurado, aplicando a este os percentuais de desconto obtidos no processo licitatório.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. O prazo de validade;

16.4.2. A data da emissão;

16.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. O período de prestação dos serviços;

16.4.5. O valor a pagar;

16.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. Não produziu os resultados acordados;

16.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

	$\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438
I = (TX)	I = 365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. REAJUSTE

17.1. Ao longo do contrato, os preços serão os praticados, no momento do consumo, pelos postos credenciados pela Contratada, aplicando a estes o percentual de desconto obtido, no processo licitatório, apurado no momento do consumo.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme Item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

- 18.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 18.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 18.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 18.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 18.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 18.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 18.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 18.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 18.12. Será considerada extinta a garantia:
- 18.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 18.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 18.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 18.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 19.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 19.1.5. Cometer fraude fiscal.
- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 19.2.2. **Multa de:**
- 19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Deixar de manter postos credenciados nas cidades estabelecidas no Termo de Referência, por cidade e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Disponibilizar sistema via Web que não emita relatórios e/ou informações exigidas neste Termo de Referência;	04
6	Pelo não atingimento da meta estabelecida no item 8 deste instrumento (meta igual ou superior a 70%).	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
9	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
10	Disponibilizar sistema via Web à Contratante no prazo determinado neste termo de referência.	05

- 19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 19.5.2. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.5.3. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.5.4. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 19.7.2. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 19.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.13. Comete infração administrativa nos termos da Portaria nº 150/2019-Cogead Fiocruz:
- 19.13.1 DAS SANÇÕES
- 19.13.1.1 Não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;
- 19.13.1.2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
19.13.1.3 Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
19.13.1.4 Ensejar o admetimento da execução do objeto:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;
19.13.1.5 Não manter a proposta:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;
19.13.1.6 Falhar na execução do contrato:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
19.13.1.7 Fraudar na execução do contrato:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;
19.13.1.8 Comportar-se de modo inidôneo:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e
19.13.1.9 Cometer fraude Fiscal:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

19.13.2 AGRAVANTES:

As sanções previstas no item 19.13.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:
19.13.2.1 Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Flocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
19.13.2.2 Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
19.13.2.3 Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução de processo licitatório;
19.13.2.4 Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.
As penas previstas nos admetimentos 19.13.1.1, 19.13.1.2, 19.13.1.4 e 19.13.1.5 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto no item 3.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Flocruz, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes.

19.13.3 ATENUANTES

19.13.3.1 A conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;
19.13.3.2 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
19.13.3.3 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.
19.13.3.4 A penalidade a que se refere ao subitem 19.13.1.2 será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente, que:
19.13.4.1 A documentação entregue esteja correta e adequada ao que foi solicitado;
19.13.4.2 O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
19.13.3.4.3 Não tenha ocorrido nenhuma hipótese de agravantes prevista no item 5.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Flocruz; e
19.13.3.5 O licitante falto não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

19.13.4 ATENUANTES

19.13.4.1 Quando da ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave;
19.13.4.2 A Aplicação das penas previstas nesta portaria não se exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração;
19.13.4.3 Na apuração dos fatos de que trata a portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências;
19.13.4.4 No estabelecimento da pena, obrigatoriamente, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nos
19.13.4.4 No estabelecimento da pena, obrigatoriamente, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nos itens acima. O Cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores agravantes conforme previsto no 20.3.2 para a majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no item 20.3.3 para a redução da pena.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os descritos no item 5 deste termo de referência o qual será parte integrante do edital.
20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
20.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
20.5. O critério de julgamento da proposta é o maior percentual de desconto do grupo.
20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

21.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 678.086,28 (seiscentos e setenta e oito mil oitenta e seis reais e vinte e oito centavos).
21.2. O valor do litro dos combustíveis foi obtido a partir dos valores dos combustíveis apresentados pela Agência Nacional de Petróleo – ANP (tabela de julho/2021), e consulta ao banco de preços (www.bancodeprecos.com.br) para o ARLA 32.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

22.1. Programa de Trabalho: 10122211520000033;
22.2. Projeto/Atividade: 003.7674.054.16373;
22.3. Elemento de Despesa: 33.90.39;
22.4. Fonte de Recurso: 0615100000 - LOA - Corrente.

Servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência:

Tadeu Montenegro Chermont

Aprovação -Área Administrativa
Darcy Rodrigues
Coordenação de Serviços Operacionais

De Acordo
Fábio Cerqueira
Coordenação de Serviços Operacionais

Autorizo
Coordenação Geral de Infraestrutura do Campus

ANEXO 1

A contratada deverá possuir postos de abastecimento credenciados, sendo obrigatórios nos estados e municípios e os fornecimentos dos combustíveis, conforme listados abaixo:

CIDADE	ETANOL	GASOLINA	DIESEL	DIESEL S10	ARLA 32
RIO DE JANEIRO	X	X	X	X	X
ANGRA DOS REIS	X	X	X	X	X
ARARUAMA	X	X	X	X	X
BELFORD ROXO	X	X	X	X	X
CABO FRIO	X	X	X	X	X
CACHOEIRA DE MACACU	X	X	X	X	X
CAMPOS DOS GOYTACAZES	X	X	X	X	X
CASIMIRO DE ABREU	X	X	X	X	X
DUQUE DE CAXIAS	X	X	X	X	X
GUAPEMIRIM	X	X	X	X	X
ITABORAÍ	X	X	X	X	X
ITAGUAÍ	X	X	X	X	X
ITAPERUNA	X	X	X	X	X
	X	X	X	X	X

JAPERI					
MACAÉ	X	X	X	X	X
MAGÉ	X	X	X	X	X
MARICÁ	X	X	X	X	X
MESQUITA	X	X	X	X	X
NILÓPOLIS	X	X	X	X	X
NITERÓI	X	X	X	X	X
NOVA FRIBURGO	X	X	X	X	X
NOVA IGUAÇÚ	X	X	X	X	X
PARACAMBÍ	X	X	X	X	X
PARATY	X	X	X	X	X
PETRÓPOLIS	X	X	X	X	X
PIRAÍ	X	X	X	X	X
QUEIMADOS	X	X	X	X	X
RESENDE	X	X	X	X	X
RIO BONITO	X	X	X	X	X
RIO CLARO	X	X	X	X	X
RIO DAS FLORES	X	X	X	X	X
RIO DAS OSTRAS	X	X	X	X	X
SÃO GONÇALO	X	X	X	X	X
SÃO JOÃO DE MERITI	X	X	X	X	X
SÃO PEDRO DA ALDEIA	X	X	X	X	X
SÁPUCAIA	X	X	X	X	X
SAQUAREMA	X	X	X	X	X
TERESÓPOLIS	X	X	X	X	X
TANGUÁ	X	X	X	X	X
VARRE E SAI	X	X	X	X	X
VASSOURAS	X	X	X	X	X
VOLTA REDONDA	X	X	X	X	X
ALAGOAS	X	X	X	X	X
AMAZONAS	X	X	X	X	X
BAHIA	X	X	X	X	X
BRASILIA	X	X	X	X	X
CEARÁ	X	X	X	X	X
ESPIRITO SANTO	X	X	X	X	X
GOIÁS	X	X	X	X	X
MATO GROSSO	X	X	X	X	X
MATO GROSSO DO SUL	X	X	X	X	X
MINAS GERAIS	X	X	X	X	X
PARAÍBA	X	X	X	X	X
PARANÁ	X	X	X	X	X
PERNAMBUCO	X	X	X	X	X
RIO GRANDE DO NORTE	X	X	X	X	X
RONDÔNIA					
SÃO PAULO	X	X	X	X	X
ROSEIRA	X	X	X	X	X
OSASCO	X	X	X	X	X
BARUERI	X	X	X	X	X
ITAPEVI	X	X	X	X	X
RIBEIRÃO PRETO	X	X	X	X	X
CAMPINAS	X	X	X	X	X
SERGIPE	X	X	X	X	X

ANEXO 2

Relação das Unidades da Fiocruz que terão acesso ao sistema de gerenciamento e fornecimento de combustível, disponibilizado via Web para a Fiscalização Técnica e Fiscalização Setorial.

Unidades da Fiocruz	Endereço da Unidade	Fiscalização Técnica (operação e consulta)	Fiscalização Setorial (somente consulta)
COGIC	Fiocruz - Campus Manguinhos Avenida Brasil, 4.365	SIM	
BIOMANGUINHOS	Fiocruz - Campus Manguinhos Avenida Brasil, 4365	-	SIM
FARMANGUINHOS	Fiocruz - Campus Jacarepaguá Avenida Comandante Guarany, 447	-	SIM

ANEXO 3

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

IMR - GERENCIAMENTO E ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL					Resultado da Avaliação da Qualidade do Serviço
GERENCIAMENTO E ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL	ANÁLISE DA FISCALIZAÇÃO	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		Pontuação Aplicada Após	Legenda da Pontuação Aplicada
		A Contratada possui um plano de abastecimento preventivo (plano de abastecimento) nos postos e veículos do SIO de acordo com o plano de manutenção do veículo?		0,00	
		A Contratada atende as solicitações de fiscalização técnica do contrato previstas no contrato?		0,00	
		A contratação ocorre em condições de abastecimento dos veículos sempre que solicitado pela fiscalização dos veículos?		0,00	
		Qualidade de atendimento pela contratada atende as necessidades contratuais?		0,00	
		A qualidade de atendimento do abastecimento atende sempre os requisitos operacionais?		0,00	
		Qualidade de atendimento do abastecimento atende sempre os requisitos operacionais?		0,00	

ANEXO 4
(ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO, CONFORME ESTABELECIDO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2017)

Estudo Técnico Preliminar 37/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 25389.000405/2020-13

2. Introdução

A Equipe de Planejamento da Contratação para a Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi - Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, designada pela Portaria nº 054/2020-COGIC, de 11/12/2020, elaborou os Estudos Preliminares visando dar continuidade no abastecimento da frota de veículos oficiais da Fiocruz, para análise da viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, em conformidade com o disposto no artigo 24 e no Anexo III da IN Seges/MPOG nº 05/2017.

3. Descrição da necessidade

Em que pese a Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi possuir um Contrato Continuado de Abastecimento de seus veículos oficiais, em vigor, podendo o mesmo ser renovado, se faz necessária uma nova contratação, sendo a mesma justificada pelos seguintes motivos: Ao longo da vigência do contrato atual ocorreram variadas alienações de veículos, bem como a inclusão de novos veículos no contrato, vindos de doação, tendo ocorrido o aumento no quantitativo da frota de veículos, tornando o atual contrato insuficiente para atender as demandas existentes. Ressaltamos ainda, a inclusão do transporte de medicamentos realizado por Far-Manguinhos (Unidade de Fabricação de Fármacos), o qual também não estava previsto na demanda atual, acrescentando ainda mais o consumo de combustível. Cabe destacar ainda que, apesar das supressões e os aditivos legais permitidos, e já realizados, faz-se necessária uma nova contratação que venha a contemplar o abastecimento de toda a frota de veículos oficiais da Fiocruz, a contento, com o abastecimento dos combustíveis (etanol, gasolina comum, diesel, diesel S10 e aditivo 32), conforme condições, quantidades e requisitos definidos neste Estudo Preliminar.

4. Área requisitante

Área requisitante Área Requisitante Responsável SERVIÇO DE GESTÃO DE TRANSPORTE JOÃO BATISTA FIGUEIREDO SERVIÇO DE GESTÃO DE TRANSPORTE ROBSON VALLADÃO SERVIÇO DE GESTÃO DE TRANSPORTE TADEU MONTENEGRO CHERMONT DEPARTAMENTO DE GESTÃO INSTITUCIONAL HÉLIO COELHO SILVEIRA DA ROSA

5. Descrição dos Requisitos da Contratação São requisitos da contratação:

1. A empresa Contratada deverá dispor de sistema de informação que ofereça ferramentas de controle dos abastecimentos em seus quantitativos, valores, usuários, e todo o mais que for necessário à uma eficiente gestão do consumo de combustíveis objeto do contrato. Assim, as condições a serem adotadas para os abastecimentos deverá ser controlada de maneira sistêmica, de modo a possibilitar o controle individual e geral do consumo.
2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, exigência estas a serem incluídas no Termo de Referência. 3. A empresa Contratada deverá manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e na contratação, para a continuidade da prestação do serviço.
4. A empresa contratada não poderá interromper o fornecimento de combustíveis durante toda a vigência contratual.
5. A contratada deverá possuir postos de combustíveis credenciados para o abastecimento em todos os estados e municípios, conforme disposto Anexo 1 deste Estudo Preliminar.

6. Levantamento de Mercado

As principais formas de aquisição de combustíveis utilizadas pelos diversos órgãos públicos são: convênios com outros órgãos públicos, aquisição e armazenamento de combustíveis pelo próprio órgão, contratação direta de abastecimento, e sistema informatizado do abastecimento e controle do consumo, integrado com a utilização do cartão magnético para o abastecimento.

7. Descrição da solução como um todo

Ao analisar as soluções existentes, no caso específico da FIOCRUZ, em virtude dos diferentes deslocamentos dos veículos para outros Municípios e ou Estados, acarretando em consequências das diversas Unidades da Fiocruz estarem localizadas em vários Estados, se faz necessário o abastecimento no posto mais próximo existente, em função da necessidade do serviço. Assim a forma de abastecimento da Frota Oficial da Fiocruz, não poderia ser coaduna com algumas das formas pesquisadas e explicitadas abaixo, exceto a que pode oferecer um abastecimento que cubra as áreas necessárias ao atendimento dos serviços efetuados através do transporte oficial da Instituição.

COMO PODE SER OBSERVADO AS OPÇÕES EXISTENTES SÃO:

Opção 1: Aquisição e armazenamento de combustíveis dentro do próprio órgão: A Fundação Oswaldo Cruz já trabalhou com este modelo dentro do próprio órgão, sendo esta atividade desativada devido ao alto custo de manutenção, espaço crítico e preservação ambiental, falta de flexibilidade no abastecimento devido os inúmeros tipos de combustível, oneração dos custos com pessoal para o controle do fornecimento, entre outros;

Opção 2: Contratação direta de abastecimento: Esta não atende as suíciências necessárias a frota Oficial da Fiocruz, haja vista seu consumo ser de forma contínua e em locais diferenciados;

Opção 3: Convênios com outros órgãos públicos: Opção insuficiente para atender a Frota Oficial da Fiocruz em virtude das diferentes especificidades do abastecimento exigidos pela Frota da Fiocruz;

Opção 4: Contratar empresa especializada em sistema informatizado com a utilização do cartão magnético para o abastecimento: Para esta opção cabe, como explicitado, registramos que a contratação nos proporcionará os seguintes benefícios:

- Sistema centralizado em uma só empresa gerenciadora, possibilitando que diversos estabelecimentos, inclusive em cidades do interior e outros Estados, possam credenciar-se junto à empresa gerenciadora contratada pela Administração, o que lhes ensinará prestar serviços cujo acesso era antes inviável ou inacessível.
- Padronização dos serviços prestados;
- Pronto disponibilidade de postos de atendimento em diversas localidades;
- Controles dinâmicos e eficazes de consumo;
- Acompanhamento em tempo real do abastecimento da frota de veículos oficiais;
- Redução de despesas administrativas relativas à frota (coleta de dados, digitação, emissão de faturas, controles, espaço físico, pessoal);
- Flexibilidade do sistema de abastecimento, por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados (preços praticados no mercado);
- Evolução dos controles, veracidade das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados;
- Obtenção de informações sobre o abastecimento, em tempo hábil para tomada de decisões corretivas;
- Segurança do abastecimento através de cartão magnético com senha eletrônica;
- Maior controle de pagamento e da fiscalização do contrato;
- Redução de custos para a Administração tendo em vista os percentuais de descontos que serão obtidos no processo licitatório e aplicado no valor do litro dos combustíveis.

Cumprir esclarecer que diversas entidades da administração pública têm buscado tipos de solução semelhantes ao desta pretensa contratação, ou seja, intermediação de fornecimento de combustíveis mediante sistema informatizado com utilização de cartão magnético com senha, no intuito de proporcionar maior agilidade e eficiência na gestão das frotas de veículos e máquinas dos órgãos da Administração Pública, permitindo também melhor controle sobre o consumo de combustíveis, minimizando o risco de mau uso do serviço contratado. Ressaltamos que vários órgãos já se utilizam este tipo de contratação, como, por exemplo: Instituto Nacional do Semiárido / INSA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Fundação Nacional do Índio / FUNAI, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/DNIT, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/CREA - MS, Companhia Nacional de Abastecimento/CONAB - RN, Universidade Federal de Campina Grande/UFGC, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília/IFB.

Análise das alternativas existentes:

Em sendo assim, ao observar e analisar as soluções que se apresentam, suas formas propostas de fornecimento, seus benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiência de cada uma delas, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, conclui-se que o formato mais adequado a ser utilizado na Instituição é a opção "Opção 4". Contratação de empresa para implementação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão eletrônico para gerenciamento e abastecimento de combustíveis da frota de veículos oficiais da Fiocruz, por ser o mais viável, mais econômico com a melhor credibilidade e eficiência.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para estimar as quantidades a serem contratadas, foram considerados o histórico de consumo de combustível do ano de 2019 e 2020, e ainda o levantamento junto a todas Unidades da Fiocruz, as quais possuem veículos oficiais e que se utilizam do abastecimento de combustíveis, estimativa essa necessária para a pretensa contratação, conforme apresentadas abaixo:

Tipo de veículo	Quantidade de veículo	Tipo de Combustível	Quantidade estimada anual (litros)
Sedan	20	Etanol	53.903
Sedan	03	Gasolina	4.500
Pick Ups/caminhões	37	Diesel	37.184

Pick Ups/caminhões	04	Diesel S10	17.500
Caminhões	Arla 32		480

9. Estimativa do Valor da Contratação

O formato da contratação mais viável, pela experiência administrativa da COGIC, se baseia na modalidade do maior percentual de desconto sobre o valor do abastecimento. Assim, para atender o que se pretende, foi realizado consulta ao site "compras governamentais", conforme abaixo descrito, onde chegamos a uma média estimada de percentual mínimo de desconto de 4,13% (quatro vírgula treze por cento).

Pesquisa Realizada no ComprasNet (O site de compras do Governo Federal)	Taxa de Desconto do Combustível (aplicado no valor de bomba dos postos credenciados)
Ministério da Educação - Pregão Eletrônico nº 00008/2021 realizado em 23/04/2021	4,82%
Ministério da Educação – Pregão Eletrônico nº 00030/2020 Realizado em 10/03/2021	4,02%
Ministério da Educação – Pregão Eletrônico nº 00001/2021 Realizado em 12/02/2021	3,55%
Média Estimada pela Administração	4,13%

Cumprir registrar que o método utilizado para as estimativas dos preços referenciais, foram obtidos com base nos preços tabelados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, por meio do Sistema de Levantamento de Preços – CSA, conforme tabela abaixo, onde os valores individuais de cada item foi multiplicado pelas respectivas quantidades dos combustíveis a serem adquiridos, considerando-se a base histórica de consumo nos anos de 2019/2020,em sendo assim, temos:

Tipo de Combustível	Quantidade de Veículo na Frota	Tipo de Veículo	Quantidade Anual Estimada de Litros	Preço Estimado do Litro	Alíquota de Desconto (Mínimo Aceitável)	Fonte da Estimativa de Preço dos Combustíveis	Valor Anual Estimado
Etelon	20	SEDAN	53.903	R\$ 6,799	4,13%	ANPRJ - Julho 2021	R\$ 351.447,56
Aditivo Arla 32 para utilização com o Diesel S10		Pick up / Ônibus / Caminhões	480	R\$ 3,318	4,13%	Banco de Preços (www.bancodeprecos.com.br)	R\$ 1.526,40
Diesel S10	4	Pick up / Ônibus / Caminhões	17.500	R\$ 5,999	4,13%	ANPRJ - Julho 2021	R\$ 100.625,00
Diesel	37	Pick up / Ônibus / Caminhões	37.184	R\$ 5,459	4,13%	ANPRJ - Julho 2021	R\$ 194.472,32
Gasolina	3	SEDAN	4.500	R\$ 6,960	4,13%	ANPRJ - Julho 2021	R\$ 30.015,00
Valor total anual estimado para combustíveis nos veículos oficiais:							R\$ 678.086,28

Assim, a pretensa contratação está previsto no valor de R\$ 678.086,28 (seiscentos e setenta e oito mil oitenta e seis reais e vinte e oito centavos), o qual contempla todos os custos diretos e indiretos da prestação do serviço, conforme tabela acima.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Para formação do grupo a ser licitado (etanol, gasolina, diesel, diesel S10 e arla 32), a COGIC /Fiocruz agiu com razoabilidade e proporcionalidade na identificação dos itens que o integrarão, destacando que os mesmos guardam contabilidade entre si e as regras de mercado para a comercialização dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa, além de não ocasionar restrições na concorrência. Caso a opção fosse pelo parcelamento do objeto, poderia ocorrer a adjudicação dos itens para 5 (cinco) licitantes distintos, culminando na formalização de 5 (cinco) Sistemas e Contratos Administrativos distintos, podendo ter operacionalidades diferentes para o mesmo objeto. Assim, o parcelamento não se mostra uma opção viável, pois este levaria a perda de escala e não resta claro um melhor aproveitamento do mercado e nem a ampliação da competitividade para a pretensa contratação, visto se tratar de objeto específico com característica inter-relacionadas.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para a presente contratação não se faz necessária contratações correlatas e/ou interdependentes, haja vista que, os contratos de veículos, seguro, manutenção da frota e fornecimento de peças são independentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A respectiva contratação está prevista no Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da CogicSAGE, sob o registro no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – SGPC do Governo Federal, Serviço de Abastecimento da Frota de Veículos Oficiais da Fiocruz, Projeto /Atividade: 003.7674.054.16373; Programa de Trabalho: 1012221152000033, Elemento de Despesa: 33.90.39 e Fonte de Recurso: 0615100000 - LOA - Corrente.

13. Resultados Pretendidos

Redução de despesas com a frota, através de controles dinâmicos e eficazes dos consumos de combustíveis, que nos possibilita conferir a veracidade das informações e permitem reduzir o tempo de abastecimento e controles, desnecessários, através de digitação, compilação e análise de dados; Flexibilização do sistema de abastecimento da frota de veículos da Fiocruz, com acessos facilitados a redes de serviços com qualidade e preços adequados ao mercado; Facilitar o acesso a uma rede ampla com atendimento eficaz das demandas, com abastecimento dos veículos em quaisquer dos postos credenciados pela empresa vencedora da licitação, em especial quando dos deslocamentos de veículos entre pontos diversos;

14. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de adaptação ao ambiente físico da Fiocruz para início das atividades da prestadora do serviço de gerenciamento de combustível.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Entendemos que não há como se prever impactos ambientais diretos em relação ao uso do presente contrato, uma vez que a empresa contratada tão somente irá gerenciar, via sistema, o serviço de abastecimento. Contudo, caberá à CONTRATADA observar e adotar os critérios contidos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e do Decreto nº 7.746/2012, quando couber, para fins de produção e/ou distribuição dos materiais objetos desta licitação.

16. Mapa de Riscos da Contratação

Segue abaixo, a Análise de Risco realizada pela Equipe de Planejamento da Contratação com os possíveis riscos identificados, bem como com a devida identificação dos responsáveis nos diversos setores e, ainda, as ações que necessitam serem tomadas para que a contratação proporcione seus efeitos esperados, tendo como objetivo subsidiarmos a tomada de decisão da Coordenação da COGIC sobre a melhor maneira de proceder na condução desta pretensa contratação. Destacamos que não foram incluídas no Mapa de Riscos a seguir os riscos inerentes à gestão do contrato e execução dos serviços contratados, mas tão somente aqueles que se referem ao processo de formalização da contratação.

GERENCIAMENTO DE RISCOS		
Risco 01 –Restrição orçamentaria por parte do Governo Federal: Falta de disponibilidade orçamentária		
(X) Baixa	() Média	() Alta
() Baixa	(X) Média	() Alta
Dano		
Consequência 1: Não contratação do objeto. Consequência 2: Prejuízos e falhas nos processos de gerenciamento de combustível. Consequência 3: Possível contratação emergencial, entre outros.		
Ação Preventiva		Responsável
Buscar que a pretensa contratação esteja alinhada com o Planejamento Estratégico da Instituição (Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações –SGPC, conforme disposto neste Estudo Preliminar.		Equipe de Planejamento da Contratação e Coordenador do COGIC.
Ação de Contingência		Responsável
Orientar o Coordenador da COGIC para que busque o remanejamento de valores previstos no orçamento anual da unidade para que a pretensa demanda possa ser atendida.		Equipe de Planejamento da Contratação.
Risco 02 – Provimento de Impugnação ao Edital ou Recursos: Não parcelamento do objeto contratado		
(X) Baixa	() Média	() Alta
(X) Baixa	() Média	() Alta
Dano		
Consequência 1: Atraso na realização da Contratação Pleiteada com a necessidade de republicações e novos prazos; Consequência 2: Possível contratação emergencial; Consequência 3: Não atendimento à demanda da Fiocruz ocasionando prejuízo nas atividades da Instituição.		
Ação Preventiva		Responsável
Justificar que o não parcelamento do objeto trará mais economia e vantajosidade para a Administração, além de termos um gerenciamento mais seguro e eficaz da prestação do serviço.		Equipe de Planejamento da Contratação.

Manter pessoas capacitadas junto ao setor de Compras e Equipe de Planejamento da Contratação para responder os questionamentos ou apontamentos das empresas ora licitantes.	
Ação de Contingência	Responsável
Dar prioridade na análise e respostas dos recursos e pedidos de impugnação, justificando e motivando o processo para manutenção do item questionado.	Setor requisitante.

Risco 03 – Recursos administrativos procedentes	
(X) Baixa () Média () Alta	
() Baixa (X) Média () Alta	
Dano	
Consequência 1: Possível contratação emergencial; Consequência 2: Não atendimento à demanda da Fiocruz ocasionando prejuízo nas atividades da Instituição.	
Ação Preventiva	Responsável
Realizar revisão das exigências constantes no Termo de Referência, reduzindo assim o risco.	Setor requisitante e equipe compras.
Ação de Contingência	Responsável
Verificar junto ao setor de Compras novos prazos estimados da contratação e verificar estratégias paralelas.	Setor requisitante e equipe compras

Risco 04 – Apresentação de Estudo Técnico Preliminar ou Termo de Referência com especificações e justificativas insuficientes.	
(X) Baixa () Média () Alta	
() Baixa (X) Média () Alta	
Dano	
Consequência 1: Aquisição de objeto diferente ou em desacordo com a necessidade da Administração; Consequência 2: Não atendimento ao princípio da motivação de forma eficaz; Consequência 3: Diminuição da competição, podendo culminar em uma licitação deserta ou fracassada. Consequência 4: Aumento indevidamente do custo da aquisição;	
Ação Preventiva	Responsável
Revisar cuidadosamente o Estudo Preliminar e o Termo de Referência, de maneira a reduzir as inconsistências verificadas no planejamento da aquisição.	Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras;
Ação de Contingência	Responsável
A equipe de planejamento da aquisição deve solicitar à unidade demandante justificativa complementar com elementos suficientes para que subsidiem a contratação. Revogar ou anular o processo de licitação da aquisição e emitir despacho ao setor requisitante solicitando adequação da Pesquisa de Preços e do Termo de Referência.	Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras;

Risco 05 – Ausência de inclusão da Aquisição no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC	
(X) Baixa () Média () Alta	
() Baixa () Média (X) Alta	
Dano	
Consequência 1: Atraso no atendimento da demanda; Consequência 2: Comprometimento do orçamento evidenciando falha de planejamento da unidade; Consequência 3: Despesas sem previsão orçamentária.	
Ação Preventiva	Responsável
Solicitar a inclusão da pretensa Aquisição na janela de atualização do PGC.	Equipe de Planejamento da Contratação e Setor Requisitante.
Ação de Contingência	Responsável
Solicitar a COGEAD a inclusão em caso de perda de prazo.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 06 – Erro no cálculo do preço estimado	
(X) Baixa () Média () Alta	
() Baixa (X) Média () Alta	
Dano	
Consequência 1: Sobrepreço ou preços inexequíveis; Consequência 2: Possíveis negociações desfavoráveis devido a estimativa de preços estar incompatível com os preços oferecidos no mercado. Consequência 3: Não atendimento ao princípio da economicidade. Consequência 4: Resultados de licitação com preços superiores aos praticados no mercado (preços superestimados);	
Ação Preventiva	Responsável
Consultar o site "compras governamentais" a fim de obter os custos praticados em outros órgãos para a prestação do serviço, entre outros. Analisar cuidadosamente os orçamentos estimativos elaborados pelo setor requisitante.	Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras
Ação de Contingência	Responsável
Analisar com extensas diligências propostas ofertadas no momento do certame licitatório de maneira a mitigar o risco apresentado. Verificar junto ao setor de Compras novos prazos estimados para aquisição, bem como emitir despacho à unidade requisitante solicitando adequação da pesquisa de preços e do Termo de Referência.	Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras

Risco 07 – Erro nos quantitativos estimados para pretensa Contratação	
(X) Baixa () Média () Alta	
() Baixa () Média (X) Alta	
Dano	
Consequência 1: Comprometimento orçamentário desnecessário ou insuficiente; Consequência 2: Falsa expectativa de fornecimento para os fornecedores; Consequência 3: Não atendimento das demandas das unidades solicitantes;	
Ação Preventiva	Responsável
Justificar as quantidades pretendidas no Termo de Referência por meio do Estudo Técnico Preliminar com base em histórico de consumo ou previsão de uso real.	Equipe de Planejamento da Contratação.
Ação de Contingência	Responsável
Solicitar a retificação das quantidades adequadas à necessidade das unidades demandantes.	Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras

Risco 08 – Atraso na Finalização da Licitação	
(X) Baixa () Média () Alta	
() Baixa (X) Média () Alta	
Dano	
Consequência 1: Atraso no atendimento da demanda; Consequência 2: Recusa do licitante em manter a proposta. Consequência 3: Não atendimento à demanda da Fiocruz ocasionando prejuízo nas atividades da Instituição.	

Ação Preventiva	Responsável
Acompanhar o processo e solicitar prioridade	Equipe de planejamento da contratação e Setor Requisitante.
Ação de Contingência	Responsável
Solicitar empréstimo de material	Equipe de planejamento da contratação

Risco 09 – Homologar empresa com habilitação irregular ou inidônea	
(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta	
(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta	
Dano	
Consequência 1: Contratação irregular; Consequência 2: Atraso no atendimento da demanda; Consequência 3: Descumprimento das condições de habilitação exigidas no Art. 27 da Lei 8666/93.	
Ação Preventiva	Responsável
Analisar cuidadosamente a documentação apresentada pelo licitante referente à habilitação, nos termos do Art. 27 da Lei 8.666/93 e conforme especificações do edital.	Setor de Compras e Pregoeiro
Ação de Contingência	Responsável
Desclassificar o licitante e, caso se comprove a irregularidade, abrir processo para aplicação de penalidade nos termos da legislação vigente.	Setor de Compras e Pregoeiro

Risco 10 – Não manutenção das condições de habilitação pela empresa vencedora do certame.	
(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta	
(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta	
Dano	
Consequência 1: Não atendimento à demanda da Fiocruz ocasionando prejuízo nas atividades da Instituição. Consequência 2: Prejuízo ao erário;	
Ação Preventiva	Responsável
Acompanhar junto ao SICAF as condições de habilitação da contratada e se necessário notificá-la para sanar a pendência constatada.	Fiscal Administrativo do Contrato
Ação de Contingência	Responsável
Notificar a contratada pelo descumprimento de suas obrigações contratuais e aplicar as penalidades prevista em contrato.	Fiscal Administrativo do Contrato e Setor de Contratos

Risco 11 – Falta de disponibilidade financeira para pagamento das despesas no prazo previsto na legislação	
(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input checked="" type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta	
(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input checked="" type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta	
Dano	
Consequência 1: Prejuízo ao erário devido ao pagamento de juros e multa. Consequência 2: Possível ocorrência de rescisão contratual por parte da contratada. Consequência 3: Não atendimento à demanda da Fiocruz ocasionando prejuízo nas atividades da Instituição.	
Ação Preventiva	Responsável
Solicitar ao Setor Financeiros que respeite a ordem de entradas das Notas Fiscais e suas exigibilidades de pagamento.	Setor Financeiro
Ação de Contingência	Responsável
Solicitar repasse de recurso à Presidência Fiocruz para que o pagamento possa ser realizado no prazo previsto na legislação.	Setor Financeiro



Documento assinado eletronicamente por **FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU**, **Chefe do Departamento de Serviços Gerais**, em 13/10/2021, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TADEU MONTENEGRO CHERMONT**, **Gestor(ª) de Serviço de Gestão de Transporte**, em 13/10/2021, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Sousa da Fonseca**, **Coordenadora Geral de Infra- Estrutura dos Campi, por Subdelegação**, em 13/10/2021, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_externo=0, informando o código verificador **1153618** e o código CRC **26C66B57**.